CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E SAÚDE ESCOLAR (PNASE) NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS CABOVERDIANAS

Lenira de Jesus Bento Monteiro¹

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) é um dos programas que contribuem de forma indireta na segurança alimentar e nutricional das famílias. Este garante pelo menos uma refeição quente a todas as crianças matriculadas nas escolas do ensino básico obrigatório e dos jardins infantis das instituições públicas e sem fins lucrativos do país, contribuindo assim para a garantia do direito humano a uma alimentação adequada e ainda contribuindo para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias mais vulneráveis. O estudo caracteriza-se como um estudo descritivo, qualitativo e de pesquisa de campo, onde fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e realizaram-se ainda entrevistas junto de uma comunidade educativa (alunos, professores e cozinheira) de uma escola de ensino básico obrigatório.

A entrevista com a comunidade educativa demonstrou que a alimentação escolar desempenha um papel que vai muito além do valor nutricional. Esta contribui ainda para o bom desenvolvimento e crescimento das crianças, para a garantia do direito humano a uma alimentação adequada bem como da segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários e das suas famílias.

Palavras-chave: alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional

¹Licenciada em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí, Teresina - Barsil
Discente do Curso Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Universidade Estadual Paulista “Julio De Mesquita Filho”
Nutricionista, Técnica da Fundação Caboverdiana de ação Social Escolar (FICASE)/Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar

ABSTRACT

The National School Food and Health Program (PNASE) is one of the programs that indirectly contributes to the food and nutritional security of families. It guarantees at least one hot meal to all children enrolled in compulsory elementary school and kindergartens of public and non-profit institutions in the country, thus contributing to the guarantee of the human right to adequate food and also contributing to the Food and Nutrition Security (FNS) of the most vulnerable families. The study is characterized as a descriptive, qualitative and field research study, where a literature search on the subject was made and interviews were also conducted with the educational community (students, teachers and cook) of a compulsory elementary school.

The interview with the educational community showed that school meals play a role that goes far beyond nutritional value. It also contributes to the proper development and growth of children, to the guarantee of the human right to adequate food, and to the food and nutritional security of its beneficiaries and their families.

Keywords: school feeding, food and nutritional security

INTRODUÇÃO

O programa de alimentação escolar em Cabo Verde teve a sua origem nos finais da década de 1970, tendo o governo assinado em 1976, um ano após a independência de Cabo Verde, um protocolo de cooperação de base com o Programa Alimentar Mundial (PAM). Este protocolo materializou-se em 1979 através do projecto-piloto de alimentação escolar com duração de dois anos, na Ilha de São Nicolau, cobrindo por sua vez 38 escolas enquadrando, assim, um total de 3.063 alunos. (FICASE – PNASE, 2010).

Desde a sua criação o programa foi gerido técnica e financeiramente pelo PAM e, a partir de 2010, o governo de Cabo Verde assumiu toda responsabilidade (técnica e financeira) do programa, beneficiando todas as crianças em idade escolar matriculadas nos estabelecimentos de ensino básico obrigatório e de ensino pré-escolar das instituições públicas e sem fins lucrativos.

É perceptível que desde sempre a Alimentação Escolar (AE) esteve ligada a questões de segurança alimentar e nutricional, na medida em que aproveitado o ambiente escolar ofereceu-se a AE também como uma medida de combate ao alto índice de desnutrição que havia na altura da criação do programa e também ao alto índice de pobreza. Ferreira e Simões (2018) afirmam também que a AE e a segurança alimentar e nutricional em vários países do mundo caminham lado a lado, na medida em que é aproveitado o tempo que os alunos passam nas escolas para se implementar medidas de combate à insegurança alimentar que atinge vários países e em Cabo Verde não é diferente.

O Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) atualmente atende pouco mais de oitenta mil beneficiários, desde o pré-escolar (instituições públicas e sem fins lucrativas) ao ensino básico obrigatório, com a oferta de uma refeição quente e cobrindo pelo menos 20% das necessidades nutricionais para o período em que os alunos permanecem nos estabelecimentos de ensino (CABO VERDE, 2016, p.305).

Para muitos beneficiários do programa de alimentação escolar, a refeição quente oferecida nas escolas não é apenas um pequeno lanche, mas sim a garantia de uma refeição ao longo do dia, bem como um melhor desempenho escolar. Pedraza *et al.* (2006) num estudo realizado sobre as políticas de alimentação escolar, também realçam a importância da AE escolar para muitas crianças que vêm a refeição oferecida como a única oportunidade de

garantir uma refeição do dia, principalmente para as crianças que já vivem em situação de pobreza e miséria. E quando não é ofertada essa refeição há casos de desmaio, tonturas, dores e ausência de concentração, provocados pela fome.

Apesar de ter essa percepção sobre a importância da alimentação escolar na vida acadêmica e na SAN dos alunos e indiretamente das suas famílias, em Cabo Verde pouco se tem escrito ou documentado sobre qual a real contribuição do PNASE na SAN. É neste sentido que este trabalho propõe analisar qual a contribuição do PNASE na SAN dos seus beneficiários e indiretamente dos seus familiares, através de consulta de documentos disponibilizados pelos gestores do programa bem como ouvindo a opinião da comunidade educativa (alunos, professores, responsáveis das escolas e cozinheiras) sobre a real importância da alimentação escolar para os seus beneficiários.

METODOLOGIA

Este estudo teve um caráter descritivo e qualitativo. Fez-se uma pesquisa documental e entrevista com a comunidade educativa de um estabelecimento de ensino básico obrigatório do município da Praia.

O local do estudo escolhido foi a escola não agrupada do ensino básico obrigatório da comunidade de São Francisco, localidade periférica do município da Praia. Escolheu-se este local por ser uma comunidade onde uma boa parte dos beneficiários tem pais e encarregados de educação sem um rendimento económico fixo, sendo empregadas domésticas, agricultores e trabalhadores de construção civil. E também pela facilidade de conseguir informações junto da comunidade educativa, devido a relação próxima com ela.

Realizaram-se entrevistas com a comunidade educativa onde participaram seis alunos do 6º, 7º e 8º ano de escolaridade, sendo dois para cada ano escolar e de ambos os sexos, escolhidos aleatoriamente; uma cozinheira, uma professora, também escolhida de forma aleatória e o responsável da escola, fazendo um total de nove entrevistados.

Anterior à entrevista foi enviado o resumo do projeto ao responsável da escola, explicando qual o objetivo do trabalho, solicitando autorização para a realização da referida entrevista.

Antes de iniciar a entrevista, explicou-se o objetivo do trabalho e perguntou-se aos entrevistados se estariam dispostos a colaborar com o trabalho e todos concordaram, foi lhes dito também que a entrevista seria de caráter anónimo e que as informações recolhidas seriam usadas apenas para este fim.

Para a entrevista foi definido quatro perguntas orientadoras, sendo elas: você faz alguma refeição antes de ir para a escola?; você acha importante o PNASE? Cite ao menos três razões; como seria para você se não oferecessem refeição quente na escola?; qual a sua sugestão para a melhoria do PNASE?, sendo que para os professores (uma professora e o responsável da escola) e a cozinheira não foi colocada a primeira pergunta.

As opiniões e os dados recolhidos foram analisados de modo a ter qual a percepção da contribuição do PNASE para os alunos e a comunidade educativa bem como a sua importância para a garantia da segurança alimentar e do melhor desempenho académico dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A refeição oferecida nas escolas é sem dúvida uma medida que ultrapassa a vertente nutricional, pois além de nutrir os alunos no período em que permanecem nos estabelecimentos de ensino, contribui ainda para aumentar a atenção e o nível de aprendizado dos alunos, contribuindo também para o bem estar físico e psicológico, diminuindo os índices de desmaios e dores de cabeça e de estômago, muitas vezes relatados pelos alunos.

De um modo geral todos os alunos (6) entrevistados, afirmaram que nem sempre almoçam² em casa e que muitas vezes é por não terem tempo de almoçarem ou ainda por não terem comida em casa no momento de irem para escola, como mostra alguma dessas falas:

“muitas vezes não consigo almoçar, porque em casa não tem condições e o lanche oferecido na escola ajuda muito”

“as vezes almoço e as vezes não almoço”

Muitas vezes ouve-se dizer pelos professores, cozinheiras e outros técnicos que trabalham com a alimentação escolar e mesmo os pais e encarregados de educação a afirmarem que muitos alunos chegam nas escolas sem fazerem uma refeição e essas declarações dos alunos e dos professores e cozinheira entrevistados reforçam a teoria de que muitos alunos vêm a refeição quente oferecida na escola como a garantia de pelo menos uma refeição ao dia. Os professores afirmam ainda que os alunos chegam na escola com fome e com pouca energia para assistirem as aulas, refletindo assim tanto na aprendizagem dos mesmos como no trabalho dos professores, que têm que reduzir a carga horária para saírem mais cedo por falta de atenção e energia dos alunos para aprenderem os conteúdos, segundo os trechos das falas dos professores:

“muitos alunos não conseguem fazer uma refeição em casa antes de chegarem à escola”

“quando não tem lanche na escola por algum motivo, temos que terminar as aulas mais cedo, pois os alunos não conseguem estar atentos e não aprendem”

² os alunos entrevistados estudam no período da tarde, por isso responderam que não almoçam antes de irem para as aulas.

O estudo que analisou os fatores que influenciam a adesão e a aceitação da alimentação escolar entre estudantes brasileiros e americanos, também mostra que muitos dos alunos que aderem ao programa de AE são de famílias de baixa renda e muitos ainda apontam a refeição oferecida na escola como a principal refeição do dia para muitas crianças (CESAR JT *et al.*, 2018).

A afirmação de que, muitas vezes, não conseguem almoçar antes de irem para a escola realça a importância da oferta de uma refeição quente nas escolas de Cabo Verde. Foi perguntado tanto para os alunos como os professores e cozinheira qual a importância do PNASE e as razões dessa importância e todos afirmam categoricamente que o PNASE tem grande importância na vida acadêmica e nutricional dos seus beneficiários na medida em que contribui para um melhor aprendizado dos alunos e melhora as suas condições de saúde.

As principais razões citadas pelos alunos foram porque a maioria não almoça antes de saírem de casa e porque os ajuda a aprender melhor os conteúdos e alguns ainda relataram porque oferecem um lanche saudável:

“a refeição escolar é importante porque oferecem uma alimentação saudável...ficariam com fome sem a refeição”

“é importante porque não colocam muito sal”

A cozinheira da escola também acha que a refeição escolar é importante porque:

“muitos pais não estão em casa e os alunos comem na escola e aguentam até mais tarde para quando os pais chegam em casa”

A SAN sempre esteve na base da constituição do país, pois os produtos de primeira necessidade são na sua maioria importados do exterior e, a nível da agricultura, as escassas e irregulares chuvas não contribuem com mais de vinte por cento de produtos agrícolas, tornando assim o país muito vulnerável a temáticas de SAN. De acordo com a Lei n.º 37/IX/2018, que estabelece os princípios, normas e procedimentos que garantem o reconhecimento e exercício efetivo do Direito Humano à uma Alimentação Adequada as normas e A Segurança Alimentar e Nutricional, entende-se a SAN como a garantia de que um indivíduo, a nível pessoal, familiar, comunitário e/ou inserido em um grupo específico,

accede em qualquer momento e lugar, de forma regular e permanente, a alimentos suficientes, inócuos, nutritivos e segundo as suas preferencias culturais (CABO VERDE, 2018, p.1384).

Tendo em conta a definição da SAN e o depoimento dos entrevistados percebe-se que a alimentação escolar contribui para a garantia do acesso a uma alimentação saudável aos alunos, garantindo não só a SAN, mas também o direito a uma alimentação adequada.

Da mesma forma a pergunta sobre como seria se não tivessem um lanche na escola, demonstra a importância do PNASE na vida académica e na SAN dos alunos, pois muitos vêm essa refeição como uma oportunidade de garantirem uma refeição ao dia, diminuindo assim a preocupação dos pais e encarregados de educação com a refeição dos seus educandos.

Os alunos relataram ainda que se não houvesse o programa de alimentação escolar não teriam condições para aprenderem, contribuiria para aumento de doenças como anemia e situações de desmaio e não teriam um lanche saudável, já que os que são vendidos à porta da escola não são saudáveis. Os professores também afirmam que não teriam condições de trabalharem caso não houvesse a refeição escolar, pois muitos alunos não conseguem manter a atenção quando estão com fome e ainda há casos de desmaio e queixas de dores de cabeça.

Pedraza e Andrade (2006) através da pergunta “para que fornecer refeições aos estudantes nas escolas” também obteve respostas semelhantes aos apresentados pelos entrevistados do presente estudo. Estes também demonstraram a importância da AE tanto para o bom desempenho escolar como na manutenção da saúde dos escolares.

Mesmo contribuindo para a garantia de uma refeição e com alguma qualidade, já referida pelos entrevistados que afirmaram que a AE é saudável, ainda é possível melhorar a qualidade da refeição oferecida. Desde o início do programa, na década de 1970 a esta data, o programa vem mudando e adequando a qualidade do mesmo de acordo com a realidade do país e das necessidades nutricionais dos alunos, pois inicialmente o foco era combater e desnutrição e o abandono escolar, já hoje em dia o foco é combater os altos índices de doenças crónicas não transmissíveis.

Neste sentido, desde o ano 2018 que o país tem investido na melhoria do aporte nutricional com a introdução paulatina de alimentos como frango, farinha de trigo integral, leite, açúcar

e no último ano letivo (2020/2021) em alguns conselhos conseguiu-se introduzir legumes e pescados da produção local (FICASE, 2021).

A necessidade de melhorar a AE com legumes e mais produtos de produção local também foi retratada pelos entrevistados através da pergunta “qual a sugestão para a melhoria do PNASE”, onde responderam que gostariam de ver mais frutas, sumos de frutas e legumes nas refeições oferecidas nas escolas, como mostra os trechos das entrevistas:

“acrescentaria fruta no penultimo tempo de aulas e mais ingredientes como legumes e peixes”

“acrescentaria sumos de frutas, água nas salas de aulas, frutas”

“acrescentaria legumes, carnes e peixes”

Desde 2010, que o governo assumiu o programa na sua totalidade, tanto a nível técnico como financeiro, ou seja, o orçamento para o funcionamento do PNASE está inscrito no orçamento do estado, sendo um dos programa da Fundação Caboverdiana de Ação Social Escolar (FICASE), com o maior orçamento a nível do estado (FICASE, 2021). Atualmente o PNASE beneficia mais de 80 mil crianças e adolescentes que estão matriculadas nos estabelecimentos de ensino pré-escolar publico e sem fins lucrativos e do ensino básico obrigatório, com um orçamento de mais de 100 milhões de escudos caboverdianos (1.055.250 USD). O quadro abaixo, mostra a evolução do número de beneficiários do programa bem como dos custos acarretados para o seu funcionamento, nos ultimos cinco anos:

Quadro 01: Evolução do nº de beneficiários e o custo do PNASE nos ultimos 5 anos (2016 a 2020).

Ano	Nº de Beneficiários	Custos PNASE		Custo/Aluno/Ano	
		Escudos (ECV)	Dolar (USD)	Escudos (ECV)	Dolar (USD)
2016	80 692	67 202 728	709 158	833	8,79
2017	82 422	88 786 653	936 922	1 077	11,36
2018	88 800	84 503 506	891 724	952	10,04
2019	88 278	50 931 336	537 454	577	6,08
2020	85 117	117 812 223	1 243 220	1 384	15
Média	85 062	81 847 289	863 695	965	10,18

ECV - escudos caboverdiano

USD - dolar americano

Fonte: FICASE/PNASE, 2021.

A partir do ano 2018 o PNASE passou a cobrir todos os alunos do ensino básico obrigatório até 8º ano de escolaridade, necessitando assim de uma adaptação para poder atender os alunos que estão no 7º e 8º ano de escolaridade. Com isso também aumentou o nº de beneficiários e o custo com o PNASE tem acompanhado essa evolução, passando de 80 692 beneficiários e com um custo de 67 202 728 milhões de escudos (**709 158 USD**) em 2016 para 85 117 beneficiários, com um custo de 117 812 223 milhões de escudos (**1 243 220 USD**) em 2020.

A FICASE beneficiou em média nos últimos cinco anos cerca de 85 mil alunos e teve um custo médio de mais de 81 milhões de escudos (854.754 USD) com o programa. Vale ressaltar que para além do investimento do estado, a FICASE sendo uma instituição que também mobiliza recursos para os seus programas, este também contribui através das parcerias mobilizados com mais investimentos no programa, para além dos pais e encarregados de educação que contribuem também com uma caixa escolar no valor de 500 escudos caboverdianos (5.28 USD) anual para complementar os géneros alimentícios distribuídos pelo programa às escolas.

De realçar que os custos com o PNASE não cingem apenas aos custos referentes a aquisição e distribuição dos géneros alimentícios básicos para a confeção das refeições nas escolas é tido em conta ainda como custos do programa, os custos com o pagamento das cozinheiras, aquisição de materiais e equipamentos para o bom funcionamento das cantinas escolares e aquisição de gás butano para a preparação das refeições escolares.

CONCLUSÃO

É visível que a AE não desempenha apenas o papel de nutrir e matar a fome dos alunos durante o período em que permanecem nos recintos escolares. A AE para além de nutrir contribui ainda para o bom desempenho académico dos alunos, para o bom crescimento e desenvolvimentos das crianças beneficiárias do programa mas também contribui para a garantia do direito humano a uma alimentação adequada e ainda para a segurança alimentar e nutricional dos alunos e, conseqüentemente, das suas famílias, que sabendo que os seus filhos têm garantido uma alimentação nas escolas acabam tendo menos preocupação com o sustento dos seus educandos.

Sendo assim, podemos concluir que não é apenas uma percepção de que a alimentação oferecida nas escolas de Cabo Verde contribui para a garantia da segurança alimentar e nutricional das crianças caboverdiana e das suas famílias e que é preciso um investimento muito maior ainda para que se possa oferecer uma alimentação com melhor qualidade aos alunos, visto que a maioria dos entrevistados sugeriram mais ofertas de legumes, frutas, pescados e carnes o que contribuiria ainda mais para a segurança alimentar e nutricional das famílias, tendo em conta que esses produtos podem ser adquiridos junto dos pequenos produtores de cada município, que são na sua maioria o grupo de população mais vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA

CABO VERDE, Decreto-lei n.º 11/ 2016: **regulamenta o regime jurídico de alimentação e saúde escolar**, Boletim Oficial, Imprensa Nacional de Cabo Verde, pág. 305, 2016;

CABO VERDE, Lei n.º 37/IX/2018: **estabelece os princípios, normas e procedimentos que garantam o reconhecimento e exercício efetivo do Direito Humano a uma Alimentação Adequada e define as bases orientadoras da política de Segurança Alimentar e Nutricional**, Boletim Oficial, Imprensa Nacional de Cabo Verde, pág. 1384, 2018;

CESAR, J. T.; VALENTIM, E. D. A.; ALMEIDA, C. C. B.; SCHIEFERDECKER, M. E. M.; SCHMIDT, S. T., **Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão integrativa**, Ciência & Saúde Coletiva, 23(3):991-1007, 2018;

FERREIRA, V. A. D. S.; SIMÕES, E. B., **Agricultura e mercados institucionais em Cabo Verde: avaliação e seguimento do programa-piloto “compras locais”**, Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018. – 322 p.: il;

FUNDAÇÃO CABOVERDIANA DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (2010). **Programa Nacional de alimentação escolar horizonte 2010-2020**;

FUNDAÇÃO CABOVERDIANA DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (2010). **Relatório funcionamento Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar, 2021**;

PEDRAZA, D. F.; DE ANDRADE, S. L. L. S. **A Alimentação Escolar Analisada no Contexto de um Programa de Alimentação e Nutrição**, Revista Brasileira em Promoção da Saúde, vol.19, núm. 3, 2006, pp. 164-174, Universidade de Fortaleza Brasil, Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40819307>;